



ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA E A LIBERDADE COMO VALOR CENTRAL

Jackeline Araujo Silva¹

Resumo

É no interesse de compreender o comportamento humano, no tocante das relações sociais, nota-se a existência da moral, enquanto normas de comportamento, e a ética, reflexão sobre essas normas. É abstração dessa convivência em que se pode refletir criticamente sobre a realidade humana e por consequência os desvelamento das problemáticas sociais. O presente estudo pretende analisar a conceituação e diferenciação da moral e da ética, como também os elementos que fundamentam a ética, inserindo a categoria da liberdade como um valor ético central, possibilitando aos profissionais de Serviço Social, compreender e inserir tais reflexões em seu cotidiano profissional, tendo em vista o aprimoramento de suas intervenções e do seu projeto profissional.

Palavras-Chave: Ética. Serviço Social. Liberdade. Valor

1 INTRODUÇÃO

O homem se torna diferente dos outros animais por sua capacidade de racionalidade e a forma como se relaciona com os outros homens e com o meio onde vive. Ao tempo que se apresenta como um ser natural, o homem é também um ser social, pois tem a habilidade de transformar a natureza para atender suas necessidades individuais e sociais e pela possibilidade de fazer escolhas.

É no interesse de compreender o comportamento humano, no tocante das relações sociais, nota-se a existência da moral, enquanto normas de comportamento, e a ética, reflexão sobre essas normas. É abstração dessa convivência em que se pode refletir criticamente sobre a realidade humana e por consequência os desvelamento das problemáticas sociais.

O presente estudo pretende analisar a conceituação e diferenciação da moral e da ética, como também os elementos que fundamentam a ética, inserindo a categoria da liberdade como um valor ético central, possibilitando aos profissionais de Serviço Social, compreender e inserir tais reflexões em seu cotidiano profissional, tendo em vista o aprimoramento de suas intervenções e do seu projeto profissional.

2 A CONCEITUAÇÃO DE MORAL E ÉTICA E SUA RELAÇÃO DIALÉTICA

No interesse de compreender o comportamento humano, no tocante das relações sociais, é essencial a compreensão sobre as categorias moral e ética. A moral surge quando se tem a necessidade de regular e normatizar as relações humanas de específica sociedade e em determinado tempo histórico. A moral é histórica devido à mutabilidade da realidade e do tempo.

Para estabelecer o que é bom ou ruim, justo ou injusto, certo ou errado enquanto prática do homem é essencial o surgimento de regras gerais de comportamento, que serão julgados como morais ou não. Essa emergência de regras gerais faz parte do processo de sociabilidade, sendo destacada a cultura, os costumes e hábitos, que fazem surgir uma necessidade social da moral.

O comportamento moral existe desde que o homem entende-se como ser social mediante relações e escolhas feitas de forma livre e consciente e se amplia conforme o

¹ jackearaujo-@hotmail.com - Faculdade Santo Agostinho.



desenvolvimento destes e da sociedade. A moral surge pela necessidade de regular interesses que podem ser divergentes ou não. Conforme Cardoso (2013) não existe moral neutra, ela sempre carrega em si o direcionamento que se quer dar à sociedade.

As regras morais são estabelecidas por interesses coletivos. Em contrapartida, são os interesses individuais que provocam, de alguma forma, problemas práticos da vida real, do cotidiano, problemas estes, que surgem por não haver uma única tradição moral, uma vez que, a moral pode ser orientada por diferentes formas de comportamento, sendo elas: religião, política, o direito, arte, dentre outras (VÁZQUEZ, 2014).

Os problemas morais não se limitam apenas a uma única pessoa, mas a várias, suas decisões e ações podem ser julgadas, aceitas ou não por outras pessoas que compõem a comunidade na qual vivem. Essas práticas/ações mesmo sendo decididas de forma livre e consciente estão sujeitas a julgamentos e reflexões proporcionando também um problema ético. Assim, o comportamento moral não se limita apenas a ação moral, mas também a reflexão da ação. Vázquez (2014) entende isso como:

A passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos. (VÁZQUEZ, 2014, p. 17)

Dessa maneira, entende-se por prático-moral e teórico-moral, respectivamente, moral e ética, sendo elementos diferentes e não independentes. É um equívoco confundilos, pois a ética surge da moral, onde a primeira vai analisar e investigar a segunda. Primeiro surgem os problemas prático-morais (ações, práticas do cotidiano), depois surgem às reflexões teóricas sobre essas ações. Essas duas categorias dependem uma da outra e estão interconectadas e a ética poderá ou não influenciar no aperfeiçoamento da moral.

Enquanto a moral é ação, a ética é a reflexão, ou seja, prática e teoria. Desse modo, a ética é o estudo dos comportamentos estabelecidos pela moral, é um tratamento científico dos problemas morais. Cardoso (2013) entende que a ética tem por compromisso desvelar as ações e as relações humanas e as normas estabelecidas por determinado tempo histórico e determinada sociedade. Portanto, a ética busca compreender e relacionar criticamente os atos e as normas, como também influenciar ou não nas normatizações prático-morais.

Comumente, a moral e a ética são confundidas ou tratadas como sinônimas e iguais. Para tanto, Vázquez (2014, p. 63) define “a moral como um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens [...] e a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Sendo assim, a moral ocupa o plano das ações concretas, práticas e a ética o plano da reflexão e compreensão de tais ações.

Quando os indivíduos nascem já encontram na sociedade um sistema com costumes e valores já instituídos. As instituições responsáveis pela socialização primária, a exemplo da família, a escola e religião, influenciam diretamente nos comportamentos e valores que passam a ser o referencial moral. Os valores de comportamentos existem desde as sociedades primitivas em função das necessidades sociais. Com a evolução do ser social, as posições teleológicas vão se complexificando, possibilitando assim a variação histórica da moral nas diferentes sociedades (COMPARATO, 2006).

A moral constitui-se como um fato histórico, devido à mutabilidade do comportamento do homem notando-se a substituição de certos princípios, normas e valores por outros que pode ocorrer justamente mediante modificações históricas. Uma nova moral



surge mediante uma série de condições, políticas, econômicas e sociais e se caracteriza como progresso moral.

O progresso moral depende do progresso histórico-social, uma vez que o segundo é quem cria condições necessárias para o primeiro. Quando uma sociedade progride moralmente, rumo à evolução, à mudança social, ela conseqüentemente, pode articular-se e mudar as normas, tendo em vista uma nova perspectiva moral para um determinado problema social. É a partir da reflexão, investigação e questionamento da realidade que surgem novas formas de pensar sobre essa realidade.

Em suma, a realização da dimensão ética, dar-se-á por via da liberdade. Para que um ato seja moral, o indivíduo deve dispor de liberdade para escolher entre alternativas e ter capacidade de compreensão/consciência de sua escolha aderindo de forma consciente e voluntária as regras e princípios morais.

Nesse sentido, é necessária uma reflexão sobre a categoria da liberdade como fundamental ao desenvolvimento do ser humano. Dessa maneira, cabe primeiramente compreender os fundamentos ontológicos da ética que dão sustentabilidade para o entendimento sobre a liberdade enquanto fundamental e inerente ao ser humano que vive em sociedade.

3 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA: SER SOCIAL, RELAÇÕES SOCIAIS E VALORES

O homem se desenvolve de ser natural para ser social por meio do trabalho. Lukács (1978, p. 5) afirma que “se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas”, essas respostas referem-se ao atendimento das necessidades que o homem possui enquanto ser humano.

É no ato de agir sobre a natureza de forma intencional, buscando a satisfação de suas necessidades é que o homem desenvolve sua consciência. É nessa relação de consciência, fabricação de produtos e atendimento das necessidades é que o homem deixa de ser mero reprodutor biológico. Nesse prisma, essas características evidenciam uma relação homem e natureza que não é uma ação biologicamente determinada, mas sim, uma atividade planejada e teleologicamente direcionada (NETTO; BRAZ, 2006).

A capacidade teleológica pertence apenas aos seres humanos. É um conjunto de atributos e potencialidades que o homem manifesta pela competência de projetar e planejar ações antes de realizá-las, ações estas, carregadas de intencionalidades e finalidades de algo a que se quer transformar, embora dependam de circunstâncias históricas e sociais para reproduzir (BARROCO, 2008a).

De acordo com Cardoso (2013, p. 25) “o homem objetiva-se no mundo a partir de sua ação transformadora, que é guiada pela capacidade de projetar finalidades à sua ação”, observa-se então, o homem, como ser que tem a habilidade de pensar, refletir e agir por meio do trabalho e de se reproduzir através de relações sociais, da sociabilidade.

Netto e Braz (2006, p. 34) afirmam que “o trabalho é, sempre, atividade coletiva”, e não individual e isolada. É o caráter coletivo do trabalho que denomina o homem como um ser social e fator constituinte da humanidade tal como ela se apresenta nos dias de hoje. A realização do trabalho enquanto ação coletiva, só é possível se houver cooperação mútua dos homens e se estes obtiverem um nível de consciência capaz de conhecer a natureza e transformá-la criando produtos que satisfaçam suas necessidades.

Na gênese do ser social, o homem transforma a natureza para atender suas necessidades de reprodução e acaba por constituir-se como ser específico e diferente dos outros seres vivos. O desenvolvimento do ser social é descrito pelo processo de humanização dos homens. É a partir da manutenção da vida, através do trabalho e da



complexidade das objetivações (atividade teleológica orientada e a comunicação) que o homem se humaniza, ou seja, se relaciona socialmente.

As relações sociais nada mais são do que a vivência do ser social e a reprodução da vida material que é determinada e mediada pelo modo de produção de dada sociedade. Desse modo, qualquer que seja a relação entre os homens tem por consequência o trabalho. Portanto:

Para produzir e reproduzir a vida, os homens estabelecem relações de mutualidade, vínculos, reciprocidade. Essas relações são, portanto, o que chamamos de relações sociais sendo permeados por outros complexos sociais necessários à vida em coletividade. Falamos, então, não apenas da produção de objetos materiais, mas da produção da relação social entre pessoas, que produz materialidades e subjetividades. (CARDOSO, 2013, p. 30)

Conforme o exposto é possível vincular as relações sociais com a criação de valores que se expressam pela maneira como a sociedade se organiza em um dado momento histórico. Os homens são sujeitos e objetos de sua própria história e por meio das relações da coletividade criam valores que geralmente influenciam em suas escolhas.

A princípio, o homem atribui valor a coisas ou objetos, sejam eles naturais ou produzidos por ele através do trabalho, mediante suas necessidades por meio de uma construção social. No entanto, os valores podem referir-se também à conduta humana, aos valores morais (VÁZQUEZ, 2014).

Atribuir valor a coisas ou a condutas humanas possibilita compreender e escolher de forma consciente, quais os valores que orientarão as ações humanas individuais e coletivas. Comparato (2006, p. 505) admite que “os valores são qualidades do ser, mas que só existem para os homens; são, portanto, realidades intencionalmente humanas”, desse modo, os valores partem da subjetividade humana e são capazes de estabelecer relações, seja pelo modo de produção hegemônico ou pela relação coletiva dos homens.

Assim como a capacidade teleológica, a habilidade de valoração é prioritariamente do ser social. Os valores são princípios e conceitos que, ao passo que orientam, proporcionam uma análise subjetiva do homem. Portanto, o homem enquanto ser histórico-social cria os valores, e, por conseguinte, são reproduzidos em meio às relações entre homens e só existem em um mundo social. Os valores que indicam a conduta humana podem ser avaliados a partir da moral. Só se pode qualificar moralmente o comportamento dos indivíduos ou da sociedade quando se tem um significado humano (VÁZQUEZ, 2014).

O valor dado a um determinado objeto ou princípio vai depender dos interesses sociais postos em tensão, pois, como afirma Heller (2008) os valores evidenciam uma relação mútua no interior de cada esfera heterogênea da realidade social são estabelecidos historicamente, sua existência não depende somente de uma avaliação positiva ou negativa, depende, especialmente, das ações que podem mantê-los ou modificá-los, são mutáveis, históricos e permeiam a subjetividade e individualidade de determinados momentos históricos.

Conforme a ideia de Heller (2008) entende-se por valor tudo que compõe o ser genérico do homem e que colabora para a explicação desse ser. A autora ainda considera o valor como uma categoria ontológico-social, que se expressa na objetividade social, que surge e se expressa na vida social do ser humano-genérico. Assim:

No tipo de atividade vital que reside todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; é a atividade livre, consciente que constitui o caráter genérico do homem. [...]A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais. Só por esta razão é que ele é um ser genérico. Ou melhor, só é um ser consciente, quer



dizer, a sua vida constitui para ele um objeto, porque é um ser genérico. Unicamente por isso é que a sua atividade surge como atividade livre. (Marx, 1993, p.164-165)

Dessa forma quando o homem tem a consciência de que é um indivíduo universal, se reconhece enquanto ser humano-genérico. Todo indivíduo é ser particular e individual, mas também é genérico, ou seja, coletivo, pois é produto das relações que mantém em sociedade. Dessa forma, Araldi (2007) aponta que o ser humano-genérico constitui-se por meio da história no cotidiano da vida social através da consciência, trabalho objetivado, universalidade, sociabilidade e liberdade.

Outro componente da gênese ontológica do ser social é a liberdade. É nesse cenário de compreensão do homem que tem a habilidade de pensar, refletir e agir por meio de sua capacidade teleológica, de entendê-lo como único animal que a partir das relações sociais transforma a natureza por meio do trabalho, e tem a possibilidade de fazer escolhas é que surge a liberdade como um valor positivo de essência prioritariamente humana.

4 LIBERDADE: UM VALOR *SINE QUA NON*

A ética é uma questão intrínseca do ser humano, e, é a liberdade como capacidade absolutamente humana que a fundamenta. Os indivíduos só agem eticamente, se tiverem a possibilidade de fazer escolhas conscientes mediante alternativas, o que supõem agir com liberdade. Dessa maneira, não há como compreender sobre a ética sem abordar a liberdade.

A definição primitiva de liberdade refere-se ao “estado daquele que faz aquilo que quer e não aquilo que outrem pretende que ele faça; é a ausência de constrangimento alheio”, conforme Landande (1999, p. 615). Em um sentido ético Japiassú e Marcondes (2006) admitem que a liberdade, relaciona-se ao direito de escolha do indivíduo que se expressa por seu modo de agir. A liberdade é categoria do ser humano-genérico, do ser social coletivo que transforma a natureza para atender suas necessidades, e, que por meio de sua capacidade de racionalidade e de consciência faz escolhas mediante alternativas e uma finalidade.

Vázquez (2014) aponta que a liberdade só existe devido relações que os homens realizam em sociedade. Apenas o ser humano, enquanto ser racional tem a condição de ser livre, no entanto, o homem só é livre de fato, quando todos os outros homens assim forem. O homem é um ser social e a liberdade só faz sentido se for coletiva.

Não se pode falar em liberdade fora de um contexto histórico e social, por isso Barroco (2008a) destaca que a liberdade é uma capacidade que é desenvolvida historicamente e inseparável da atividade que a objetiva, pois é uma capacidade de escolha consciente, que é dirigida por uma finalidade.

No momento em que o homem, ser social domina a natureza, por meio do desenvolvimento de suas capacidades produtivas, criativas e conscientes, o trabalho passa ser a base ontológica das possibilidades da liberdade. O trabalho é uma atividade fundante para a liberdade do homem, afirma Barroco (2008b), pois na medida em que o homem transforma a natureza por meio do trabalho, tendo a finalidade de atender suas necessidades, o mesmo adquire consciência, se sociabiliza e torna-se capaz de exercer a liberdade enquanto ser humano-genérico.

Desse modo, o homem reconhece necessidades e se sociabiliza para atendê-las por meio de valores e costumes compartilhados no cotidiano. Essa relação quanto mais social e consciente for, mais livre será. Portanto, a liberdade humana consiste no reconhecimento da necessidade objetiva.

A evolução do mundo moderno é marcada pela consolidação da indústria e pela progressiva dominação burguesa, por via do modelo societário do modo de produção capitalista. O capitalismo tem por fundamento uma sociabilidade conduzida pela mercadoria,



valorização da posse material, competitividade e individualismo. O modo de ser capitalista ou *ethos* burguês tem por princípio a propriedade privada, particularidade e uma liberdade objetivada na individualidade, o indivíduo passa a ser o valor ético central (BARROCO, 2008a).

Enquanto o pensamento antigo objetivava a liberdade e a ética a partir de uma dimensão coletiva, o individualismo burguês, nega e oculta o caráter universal da liberdade, assim “o caráter coletivo ou transcendente do mundo ético cede lugar ao predomínio do interesse individual, centrado na competitividade, na realização privada, na felicidade estritamente individual”, aponta Paiva (2011, p. 107). Vale ressaltar, que o conceito de liberdade capitalista difere do conceito defendido por esse estudo.

Nesse viés, o *ethos* burguês não elimina de fato a liberdade, mas limita-a, pois ela não é objetivada como universal para a totalidade dos indivíduos. Na verdade, o que impossibilita a universalização da liberdade é a estrutura social que se fundamenta na divisão social do trabalho e na privação da propriedade e dos meios de produção, sendo baseada por relações sociais desiguais, exploração do homem pelo homem e pela alienação², Barroco (2008a). Desse modo, o problema da liberdade nesse cenário:

A categoria alienação é uma das categorias que concorrem para o mascaramento da autoconsciência humano-genérica na sociedade contemporânea e conseqüentemente, incide diretamente nas alternativas de escolhas cotidianas. Concorre assim, para a redução do campo de possibilidade de escolhas cotidianas, ou seja, para o cerceamento da liberdade. (ARALDI, 2007, p. 52)

A negação da liberdade como valor universal, não a elimina totalmente, mas condiciona-a apenas a um ideal abstrato, uma vez que ela não é vivida, pelo conjunto da sociedade. O que ocorre é a desvalorização histórica desse valor em relação ao humano-genérico. Portanto, a tensão do valor entre ser concreto e abstrato revela o surgimento do fenômeno da alienação (BARROCO, 2008a; 2008b).

A alienação é expressa a partir da vida cotidiana no momento da objetivação da moral. Por consequência, a alienação tem em vista a reprodução repetitiva acrítica dos valores, sem reflexão crítica dos modos de comportamento. Conforme Heller (2008), a alienação interfere no acontecimento real do desenvolvimento genérico da humanidade, ou seja, no reconhecimento do homem enquanto ser social que vive em coletividade e dotado de liberdade.

Nesse sentido, Marx (2004) relacionou trabalho e alienação para sustentar sua concepção sobre a liberdade. O processo de alienação no homem ocorre quando, por meio do trabalho, deixa de se reconhecer enquanto homem e se torna estranho a ele mesmo, na medida em que se torna indiferente à sua própria essência humana e seu trabalho passa a ser um objeto. Dessa forma, com o trabalho feito de forma alienada, o homem deixa de ser um homem livre, por isso, o trabalho não deve ser alienado, mas sim consciente, pois o homem é um ser dotado de razão e não pode esquecer-se de sua essência humana (MARX, 2004).

Quanto maior for à alienação da estrutura econômica, maior será sua reprodução na vida social expressas no cotidiano. Heller (2008) aponta que de todas as sociedades anteriores, a sociedade burguesa é a que tem o nível de alienação mais elevado.

Nas condições da sociedade burguesa, a alienação proporciona reprodução de um *ethos* funcional a uma ordem social reificada, os valores burgueses influenciam o homem a

² A alienação [...] complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e efetivo de sua ação e intervenção (NETTO, 1891, p. 74).



não se perceber inserido em uma coletividade, mas sim isolado, reforçando assim, o valor do individualismo e a liberdade nesse contexto, como já visto, é negada enquanto valor universal (BARROCO, 2008a).

Entendendo a liberdade como possibilidade de escolha, cabe apontar que no contexto da dominação e influência dos valores burgueses, as escolhas podem ser conduzidas por ideologias coercitivas e/ou alienada. No momento em que os indivíduos incorporam comportamentos e valores morais, seja pela força da tradição ou dos costumes e sem conhecer alternativas de escolha, Barroco (2008b, p. 44) aponta que “as escolhas nem sempre significam exercício de liberdade”, a verdadeira escolha livre é aquela na qual o indivíduo percebe a existência e alternativas através de um conhecimento crítico.

Tonet (2007) compreende que a realização objetiva da ética e da liberdade como seu valor é impossível nessa forma de sociabilidade, entendendo-as apenas como abstratas. Assim, o autor aponta a contradição entre ética e capitalismo e afirma que ambas se excluem radicalmente.

A liberdade, enquanto valor *sine qua non* (essencial), é impossibilitada devido às relações expressadas pelo capitalismo, que se reduzem a meras determinações econômicas e não a percebem enquanto coletividade, mas sim individualmente. Dessa maneira, o funcionamento do modo de produção capitalista, tem como fonte a alienação do homem, dando um fim à condição de ser livre, ou seja, ser humano-genérico.

5 CONCLUSÃO

É na compreensão do conceito e diferenciação da moral e da ética, como também dos elementos que fundamentam a ética (ser social, relações sociais e valores) e a interrelação destes é que se pode refletir criticamente a respeito da liberdade enquanto valor ético central.

Dessa forma, percebeu-se que refletir eticamente sobre a vida cotidiana, poderá ocorrer uma interferência direta ou indireta, sobre os valores morais criados e reproduzidos em sociedade. O presente estudo deu maior destaque à categoria da liberdade, pois esta se apresenta como um valor que possibilita a realização da humanidade plena.

A limitação do exercício da liberdade humana, na contemporaneidade, dar-se pelo modo de produção capitalista. Dessa forma, quanto maior for a reprodução dos valores produzidos por esse modo de produção, mas distante estará a vivência da liberdade enquanto valor universal e intrínseco ao ser humano e assim a limitação da possibilidade de uma sociedade verdadeiramente humana.

A superação da alienação da sociedade capitalista é possível, por meio de um aprofundamento do conhecimento crítico da realidade social, do questionamento sobre esse modo de produção e seus respectivos elementos fundantes: o capital e a propriedade privada. Portanto, é por meio de uma ética crítica que se perceberá que os valores capitalistas são um obstáculo para a autêntica realização humana e a impossibilidade da objetivação dos valores éticos universais, necessitando assim de um movimento de luta pela superação desse modo de produção.

REFERÊNCIAS

- ARALDI, Elmides Maria. **Apreensão teórico-crítica da categoria liberdade no cotidiano: uma contribuição para as reflexões do projeto ético-político do serviço social.** 135. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e sociedade.** (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). Brasília: CFESS, 2007.



- _____. **Ética: fundamentos socio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos ontológicos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais:** os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 1929. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- LANDANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: BoiTempo, 2004.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política – uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.
- PAIVA, Beatriz Augusto de. Algumas considerações sobre ética e valor. *IN:* BONETTI, Dilséa Adeodata; *et. al.* **Serviço Social e ética:** um convite à nova práxis. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TONET Ivo. Ética e capitalismo. *IN:* JIMENEZ, Susana; *et. al* (Orgs). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis:** uma coletânea de estudos classistas. Fortaleza: UECE/IMO, 2007, p. 47-62.
- VÁZQUEZ. Adolfo Sánchez. **Ética.** Tradução de João Dell'Anna. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.